

PENHORA DE SALÁRIO

JAIDE SOUZA RIZZO*

“Subi aos vossos navios! O que necessitamos é de uma nova Justiça! E de uma nova libertação. E de novos filósofos! A terra moral é redonda, também. E a terra moral possui os seus antípodas. E os antípodas também têm seu direito à existência! Há um mundo novo ainda por descobrir, e até mais de um! Aos vossos navios, todos a bordo, filósofos”.

Nietzsche, “Gaya Scientia”¹

Sumário: 1. Introdução. 2. Da proteção contra os credores do empregado. 3. Da execução do crédito trabalhista. 4. Do empregador que não cumpre suas obrigações. 5. Da analogia entre o crédito alimentar trabalhista e os alimentos. 6. Dos créditos trabalhistas que podem ensejar a penhora de salário. 7. Da fixação da parcela penhorável do salário do executado. 8. Conclusão. 9. Bibliografia.

Resumo: Em relação à questão da penhora de salários, os operadores do direito há muito se encontram, como dizia o homenzinho de Koenisberg, em um “sono dogmático”. Nas universidades, a regra do artigo 649 do CPC, por sua própria redação, é transmitida sem maiores questionamentos, como se a norma fosse daquelas inscritas nas tábuas de Moisés. O presente artigo busca, justamente, despertar o leitor desse torpor, desse estado de aceitação irreflexiva diante do signo do “absoluto”. Muitas das idéias aqui expostas, foram, intencionalmente, levadas a seu extremo, porquanto não é possível acordar alguém que dorme profunda e deliciosamente com cantiga de ninar, é preciso uma música mais vibrante.

Palavras-chave: Penhora de salário; Impenhorabilidade do salário; Crédito trabalhista; Exploração do trabalho alheio; Conflito de valores de igual magnitude.

* Juíza Titular da Vara do Trabalho de Birigui – SP/ 15ª Região

¹ Nietzsche, Friedrich Wilhelm, in Vontade de Potência. Editora Tecnoprint S.A, pág. 7.

1. INTRODUÇÃO

Quando me foi requerida, em uma execução de crédito trabalhista, a penhora do salário do executado, a princípio, considereei completamente absurda a pretensão.

Passado, contudo, esse primeiro momento de negação automática, e, buscando os seus pressupostos, constatei que meu raciocínio estava fundado principalmente num ato de fé. Acreditava que o salário, em qualquer caso, era impenhorável não porque havia feito uma interpretação acerca do sentido e alcance da norma aplicável, mas em razão de me terem ensinado que a lei havia estabelecido o princípio de forma absoluta e também porque nunca vira alguém ousar questionar o mandamento – O salário é impenhorável – Amém!

Desconfiada, contudo, do caráter inquestionável emprestado à norma, e por não acreditar na fé como critério confiável de verdade no campo da ciência jurídica, decidi promover acurada análise da questão posta.

Foi assim que, numa primeira leitura do disposto no artigo 649 do CPC, vi a natureza absoluta da impenhorabilidade ruir.

Investigando outros critérios de penhorabilidade do salário, logo se me revelou inadequado aquele adotado no mencionado artigo.

Perquirindo sobre a natureza alimentar do crédito trabalhista e do salário do executado, a impenhorabilidade me pareceu injusta.

Por fim, examinando a questão nos seus mais variados aspectos, a impenhorabilidade, aplicada de forma absoluta na execução trabalhista, já se me apresentava equivocada.

Surpreendi-me, não posso negar, com minhas próprias conclusões. Como algo que era certo, inquestionável, logo se torna duvi-

doso, para pouco depois se revelar um erro?

O filósofo, em sua delirante genialidade, tinha razão: no mundo ético nada segue em linha reta.

Na ordem universal do dever-ser, as tendências inerciais são sempre vencidas pela inexorável força dos valores e pelos obstáculos interpostos pela infinita multiplicidade dos fenômenos.

2. DA PROTEÇÃO CONTRA OS CREDORES DO EMPREGADO

Com vistas a oferecer a mais ampla proteção ao trabalhador em face de seus credores, o legislador da era Vargas, seguindo

as disposições contidas no Decreto 737, de 25/11/1850², estabeleceu no artigo 942 do Código de Processo Civil (Decreto-Lei nº 1.608, de 18/09/1939) a impenhorabilidade do salário.

A reforma processual levada a efeito através da edição da Lei nº 5.869, de 11/01/1973, em seu artigo 649, com pequenas mudanças de redação, não fez senão repetir o quanto disposto no vetusto código. A doutrina é unânime em afirmar que não foi reforma, mas promulgação de novo código. Aliás, neste sentido a

exposição de motivos do CPC/73.

Nesses termos, diferentemente do que ocorre na Argentina e na França onde, segundo um sistema progressivo, quanto maior o salário, maior sua parcela penhorável, o Brasil adotou a regra geral da impenhorabilidade absoluta³.

Exceção apenas se fez em relação à possibilidade de penhora no caso de pensão alimentícia.

É certo que, até os primeiros trinta anos do século XX, época em que a sociedade brasileira era predominantemente agrá-

“Acreditava que o salário, em qualquer caso, era impenhorável não porque havia feito uma interpretação acerca do sentido e alcance da norma aplicável, mas em razão de me terem ensinado que a lei havia estabelecido o princípio de forma absoluta e também porque nunca vira alguém ousar questionar o mandamento – O salário é impenhorável – Amém!”

² artigo 429, §§ 2º, 3º e 4º.

³ Arnaldo Süssekind, in Instituição de Direito do Trabalho, 20ª Edição, Vol. I, página 445.

ria, tendo a maioria da população representada por trabalhadores rurais, cujos salários, em regra, respondiam tão-somente ao estritamente necessário à sua sobrevivência, não havia motivos para se adotar um sistema de penhora parcial ou progressivo, muito mais complexo e que exige constante revisão.

Contudo, entre 1937 e 1940, o Estado, abandonando a política liberal (*laissez-faire, laissez-passer*) predominante no século XIX, passou a intervir diretamente na economia, com o claro objetivo de incentivar a atividade econômica. A partir de 1940, com altos investimentos estatais na indústria pesada (siderurgia, indústria química, mecânica pesada, metalúrgica, etc), o Estado passou a ser o principal investidor do setor industrial. Com isso, deu-se grande impulso ao processo de industrialização que faria com que o Brasil deixasse de ser um país voltado exclusivamente para a agro-exportação e passasse a ter uma indústria diversificada.

Paralelamente à industrialização, deu-se o crescimento acelerado de algumas cidades, bem como o desenvolvimento das atividades bancárias, comerciais, de transporte e de serviços urbanos em geral, o que levou ao fortalecimento da classe média, que, nessa época, passou a ser formada, além da já tradicional elite agrária, pelos profissionais liberais, gerentes de empresas privadas, altos funcionários, técnicos industriais, empregados do comércio, funcionários públicos, artesãos, militares etc.

Assim, embora em reduzido número, já podemos encontrar na sociedade brasileira do final da década de trinta, trabalhadores assalariados que recebiam remuneração que suplantava o estritamente necessário à sua sobrevivência, ou seja, parte do que auferiam podia estar sendo destinada para outras necessidades como lazer, educação e formação de reservas financeiras.

A partir desse momento, a regra da impenhorabilidade de salários possibilitou a ocorrência de situações em que um empregado rural ou operário, que recebiam remuneração de subsistência, ficassem impossi-

bilitados de, mediante penhora de salários, haver eventuais créditos (de natureza alimentar ou não) que possuíam em face daqueles que auferiam, assim considerados à época, altos salários.

Não por outro motivo, a adoção do sistema da impenhorabilidade, há mais de cinquenta anos, vem sendo criticada pela doutrina, conforme podemos constatar na obra fac-similada (1951), do ilustre professor José Martins Catharino, denominada *Tratado Jurídico do Salário*.

Vejamos o que nos diz o emérito jurista:

“O princípio, tal como foi consagrado, é passível de crítica. Não é justo, de forma alguma, que a lei não distinga o pequeno salário do polpudo ao defender sua integridade das investidas dos credores do assalariado. Não é jurídica a ausência dessa distinção. Pelo artigo transcrito têm igual tratamento tanto o salário do alto empregado como o do simples servente, de nada valendo a circunstância do último ter nítido caráter alimentar em flagrante contraste com o primeiro que não tem, ou o possui muito atenuado. **Não é mister comentar o erro do legislador. Ele salta aos olhos, até dos leigos**”. (grifo nosso)⁴

Note-se que o comentário acima teve em vista apenas a proteção do salário considerado em si mesmo. A crítica é feita partindo-se apenas da distinção feita entre um salário de pequena monta, que é eminentemente alimentar, daquele outro que, por seu vulto, traz em si possibilidades bem variadas (lazer, educação, investimentos, etc).

O texto não faz qualquer referência a aspectos qualitativos do crédito exequendo – se é de natureza alimentar ou se é crédito comum, motivo pelo qual não podemos senão pressupor que no caso foi considerado o crédito comum, sem qualquer privilégio ou preferência.

Importante lembrar que o parecer foi dado numa época em que o desenvolvimento das relações sócio-econômicas não per-

⁴ José Martins Catharino, in *Tratado Jurídico do Salário*, Editora LTr, 1997, Edição fac-similada (1951), pág. 711.

mitia que algumas empresas, ao contrário do que ocorre hoje, pagassem a certos empregados, salários que chegam a milhões.

Por óbvio, se poucos eram os empregados que recebiam altos salários, reduzido também era o número daqueles que conseguiam acumular capital suficiente para tornarem-se empreendedores, isto é, dificilmente um empregado transformava-se em empregador. Desses, raríssimos, certamente, os que não cumpriam suas obrigações.

Provavelmente, por esse motivo, o eminente professor, embora tenha realizado em seu Tratado minuciosa e exaustiva análise da impenhorabilidade do salário, não chegou a cogitar da possibilidade de um empregado ser executado por outro, por dívidas de natureza trabalhista.

3. DA EXECUÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA

Se há mais de meio século, como visto, o sistema da impenhorabilidade absoluta não se mostra adequado à solução dos casos em que um credor, sem privilégio, investe contra o devedor assalariado, o quê dizer daquelas situações em que o credor é detentor de um crédito “superprivilegiado”, de natureza alimentícia?

Para responder à pergunta acima, façamos, agora, análise dos principais elementos da impenhorabilidade:

3.1 fundamento da impenhorabilidade

Para aqueles que só possuem como fonte de riqueza sua força de trabalho, o salário, obtido pela prestação de labor por conta de outrem, constitui o principal meio de garantir a sua sobrevivência na sociedade.

Assim, porquanto fundamental para manutenção do trabalhador e de sua família

e, por conseguinte, da própria ordem social, o Estado tem adotado princípios que visam a assegurar que os salários sejam pagos sem qualquer tipo de restrição. Dentre esses princípios encontramos o da intangibilidade do qual se extrai a regra da impenhorabilidade.

Não há dúvida de que a possibilidade de realizar de forma irrestrita a penhora de salário daria ensejo a situações em que o trabalhador, por longo tempo, ficaria privado do necessário a sua subsistência, o que é inaceitável diante de princípios e garantias hoje constitucionalmente estabelecidas, como o direito à vida, à segurança e o respeito à dignidade da pessoa humana.

Desta forma, constitui fundamento para a regra da impenhorabilidade o caráter de subsistência ou alimentar do salário, isto é, a norma tem por objetivo impedir que o trabalhador seja privado do que lhe é essencial.

A doutrina, nesse sentido, é unânime:

“Proteção do salário – Sendo o salário o principal, senão **o único meio de sustento** do trabalhador e de sua família, procurou a lei brasileira cercá-lo de proteção especial de caráter im-

perativo, a fim de assegurar o seu pagamento ao empregado, de forma inalterável, irredutível, integral e intangível, no modo, na época, no prazo e no lugar devidos. Outrossim, estabeleceu regras favoráveis ao trabalhador no que tange à prova do pagamento do salário e à ação para sua cobrança”.⁵ (grifo nosso)

“Proteção ao salário – O salário deve ser protegido em razão do caráter alimentar que possui”.⁶

“Para aqueles que só possuem como fonte de riqueza sua força de trabalho, o salário, obtido pela prestação de labor por conta de outrem, constitui o principal meio de garantir a sua sobrevivência na sociedade.”

⁵ Arnaldo Süssekind, in Instituições de Direito do Trabalho. Editora LTr, 20ª Edição, pág. 436.

⁶ Sérgio Pinto Martins, in Direito do Trabalho, Editora Atlas, 16ª Edição, 2002, pág. 266

“Proteção contra os abusos do empregador – A necessidade de proteger o efetivo recebimento do salário assenta no seu caráter alimentar”.⁷

3.2 Da natureza absoluta da impenhorabilidade estabelecida no artigo 649 do CPC.

Analisando o quanto disposto no artigo 649 do CPC, vemos que o legislador, no afã de expressar de maneira veemente e clara a impossibilidade de se realizar a penhora de salário, cometeu pequeno deslize de raciocínio lógico.

No *caput* do artigo estabeleceu que a regra era **absoluta**, para depois, no inciso IV, excepcioná-la em relação aos casos de “pagamento de prestação alimentícia”.

Todavia, considerando que, por definição, absoluto diz-se, justamente, daquilo que por sua natureza não comporta nenhuma exceção ou restrição⁸, não podemos considerar a impenhorabilidade, ainda que assim o diga o legislador, absoluta.

3.3 Do fundamento da exceção à regra da impenhorabilidade

Da forma como tem sido interpretado o inciso IV do artigo 649 do CPC, a penhora de salário torna-se possível apenas se existentes três pressupostos que são essenciais à obrigação de prestar alimentos.

O primeiro e mais importantes deles diz respeito à natureza alimentar do crédito exequendo. Somente o crédito que responde pelas necessidades fundamentais do credor pode dar ensejo à penhora de salário.

Como visto anteriormente, há uma presunção legal de que todo e qualquer salário, do mínimo ao mais vultoso, está destinado preponderantemente à subsistência de seu autor. Assim, ante a ficção jurídica e segundo uma apreciação valorativa, o que não tiver o signo do primordial não poderá prevalecer sobre o salário. O crédito que representar o luxo, o supérfluo ou mero acúmulo de capital estará sempre em segundo plano em relação ao salário.

Por isso, o crédito civil, que, em regra, está vinculado a uma atividade comercial pela qual se busca o lucro, como é o caso do crédito do banqueiro relativo a empréstimos ou do comerciante decorrente de compra e venda, estará sempre em segundo plano quando for confrontado com o salário.

O segundo pressuposto é que exista vínculo de parentesco, matrimonial ou decorrente da união estável entre o exequente e o executado (artigo 1.694 do Código Civil). Em não sendo o exequente ascendente, descendente, ex-cônjuge ou irmão (germano ou unilateral) do executado, não haverá possibilidade de se realizar a penhora de salário.

O último requisito é que o salário, embora essencialmente de natureza alimentar, seja constituído de parcelas correspondentes a outras necessidades que, embora fundamentais, não possuam a mesma premência.

Somente nesse caso será possível descartar do salário do executado uma parcela não alimentar que, em relação às necessidades do exequente, ocupam um nível inferior dentro da escala estabelecida para o que é entendido por fundamental.

Caso o salário do executado permita tão-somente o atendimento às necessidades com alimentação, a exceção à regra da impenhorabilidade não se justificaria eis que, nesse caso, estaríamos diante de um conflito entre necessidades idênticas – tirar o sustento de um, para dar a outro.

Sobre o pressuposto em tela, assim discorreu a eminente professora Maria Helena Diniz: “o alimentante deverá cumprir seu dever sem que haja desfalque do necessário ao seu próprio sustento; daí ser preciso verificar sua capacidade financeira, porque, se tiver apenas o indispensável à própria manutenção, injusto será obrigá-lo a sacrificar-se e a passar privações, para socorrer parente necessitado...”⁹

Fácil perceber, nesse ponto, que o único pressuposto existente na execução

⁷ José Martins Catharino, ob. cit. na nota 4, pág. 619.

⁸ Hilton Japiassu e Danilo Marcondes, in Dicionário Básico de Filosofia, Editora Jorge Zahar, 3ª Edição, p. 1.

⁹ Diniz, Maria Helena, in Direito Civil Brasileiro. Editora Saraiva, 13ª edição, 1998, 5º Vol., página 394.

movida pelo credor de alimentos e que não se encontra naquela movida pelo credor de verbas trabalhistas é o vínculo de parentesco.

Assim, naquela execução, à necessidade alimentar do exequente, soma-se o dever de solidariedade existente entre os parentes¹⁰.

Cabe-nos, agora, indagar se no caso da relação empregatícia também não existiria para o empregador um dever para com seu empregado tão ou mais importante que o da solidariedade.

4. DO EMPREGADOR QUE NÃO CUMPRE SUAS OBRIGAÇÕES

Quando o tio não fornece alimentos ao sobrinho necessitado, deixa de cumprir o dever de solidariedade. Mas o que acontece quando o empregador não paga o salário de seu empregado?

Vejamos:

Quando o trabalhador fornece sua força de trabalho ao empregador e este em troca nada lhe fornece, instaura-se uma relação de exploração do homem pelo homem em níveis jamais alcançados na história da humanidade.

Quem um dia acreditou que a escravidão era o limite, enganou-se.

Nas sociedades primitivas onde todos os bens eram escassos e de propriedade comum, o que se produzia ou se obtinha diretamente da natureza, em geral, era suficiente apenas para a subsistência da *comuna*. Nessa época, embora existisse diferença entre o aporte físico entre os homens, não se faziam escravos.

Friedrich Engels nos fornece os motivos para isso: “O escravo não tinha valor algum para os bárbaros da fase inferior. Por isso os índios americanos relativamente aos seus inimigos vencidos agiam de maneira bastante diferente da usada na fase superior. A tribo vencedora matava os homens derrotados, ou adotava-os como irmãos; as mulheres eram tomadas como esposas, ou, juntamente com seus filhos sobreviventes, adotadas de qualquer outra forma. Nessa

fase, a força de trabalho do homem ainda não produz excedentes apreciáveis sobre os gastos de sua manutenção. Ao introduzirem-se, porém, a criação do gado, a elaboração dos metais, a arte do tecido e, por fim, a agricultura, as coisas ganham outra fisionomia.

Principalmente depois que os rebanhos passaram definitivamente à propriedade da família, deu-se com a força de trabalho o mesmo que havia sucedido com as mulheres, antes tão fáceis de obter e que agora já tinham seu valor de troca e eram compradas. A família não se multiplica com tanta rapidez quanto o gado. Agora eram necessárias mais pessoas para os cuidados com a criação; podia ser utilizado para isso o prisioneiro de guerra”.

Como se vê, o fato de um ser humano ser fisicamente superior a seu semelhante, de modo a poder subjugá-lo, não é suficiente para que a escravidão se estabeleça como instituição no corpo social.

A utilização contínua e duradoura da força de trabalho do escravo torna-se possível apenas quando este, num dado momento histórico de desenvolvimento das forças produtivas, passa a produzir lucro; gerar riqueza maior do que aquela utilizada para sua subsistência. Do contrário, o escravo morre ou o senhor acaba sendo obrigado a trabalhar para mantê-lo vivo, o que inviabiliza totalmente o sistema escravista.

Assim, vemos que a escravidão sustenta-se em bases econômicas: é a possibilidade de auferir riquezas a partir do trabalho alheio que a faz nascer e que a mantém. Se o escravo não gera lucro, não serve para nada.

Nesse sentido, todas as circunstâncias, hoje consideradas abomináveis, que envolvem o escravismo, como o fato de um homem assenhorear-se do corpo físico de outrem, em razão do que passa a infligir ferimentos, restringir a liberdade, constrianger psicologicamente, impor trabalhos forçados, são postas e mantidas em função apenas e enquanto necessárias à exploração econômica do escravo.

¹⁰ Diniz, Maria Helena, op. cit., p. 391.

Ainda que tais circunstâncias qualifiquem o sistema escravocrata, diferenciando-o dos demais sistemas de exploração do trabalho alheio como a servidão e o trabalho assalariado, não são suficientes, por si sós, para mantê-lo. Afastada a possibilidade de obtenção de lucro, as formas de subserviência total de um ser humano em relação a outro só podem ser sustentadas por sentimentos mesquinhos como a vingança ou o sadismo, o que redundaria na pura tortura. Essa relação, contudo, diferentemente da escravidão que, em regra, se prolonga por anos, tem vida curta, uma vez que o subjugado, nesses casos, não produz riquezas, mas ao contrário, as consome.

Vê-se, dessa forma, que, assim como o sol, pela ação da força gravitacional, cria e sustenta o sistema planetário, a exploração econômica do trabalhador faz nascer e garante a estabilidade do sistema escravista.

Não é por outro motivo que hoje, ao estudar a monografia sobre trabalho escravo no Brasil, de Jairo Lins de Albuquerque Sento Sé, encontramos a seguinte assertiva: “Após a elaboração deste trabalho, a conclusão mais importante que podemos aferir é a de que o trabalho escravo contemporâneo na zona rural brasileira está intimamente ligado ao **interesse econômico**”.¹¹ (grifo nosso).

Destarte, os mesmos motivos que há dez mil anos fizeram com que o homem do período Neolítico, recentemente fixado à terra pelo domínio do pastoreio e da agricultura, passasse a escravizar seus prisioneiros de guerra, agora, neste século, faz com que, nos rincões de nosso país, onde o poder público não consegue impor a ordem e a lei, proprietários de terras aproveitem-se da condição de miserabilidade da população local para fazer uso da mão-de-obra escrava.

A situação me faz lembrar dos versos niilistas contidos no livro Eclesiastes da Bíblia, 1,9-10: “O que tem sido, isso é o que há de ser, e o que se tem feito, isso se tornará a fazer; nada há que seja novo debaixo do sol. Há alguma coisa de que se possa dizer: Vê, isso é novo? Ela já existiu nos séculos que foram antes de nós”.

Na verdade, fazendo uma retrospectiva histórica, vemos que, da época remota descrita por Engel, até nossos dias, nosso planeta esteve sempre iluminado pela estrela brilhante chamada exploração econômica do trabalho alheio. O que mudou ao longo dos anos foram apenas os planetóides que o gravitam.

“Fazendo uma retrospectiva histórica, vemos que, da época remota descrita por Engel, até nossos dias, nosso planeta esteve sempre iluminado pela estrela brilhante chamada exploração econômica do trabalho alheio. O que mudou ao longo dos anos foram apenas os planetóides que o gravitam.”

Por isso, ao analisarmos a escravidão na idade antiga, a servidão na idade média e o contrato de trabalho contemporâneo, encontramos como elemento central e essencial de qualquer deles, a possibilidade de obter lucro a partir do trabalho de outrem. As circunstâncias e variações do poder, daquele por conta de quem se trabalha, de dispor do “trabalhador”, são meramente acessórias, ainda que qualifiquem o sistema.

Na escravidão antiga, por exemplo, o fato de o beneficiário do trabalho dispor do corpo físico do “trabalhador”, podendo ferir, aprisionar e até matar o escravo é elemento definidor do sistema escravocrata, isto é, distingue-o da servidão e do trabalho assalariado. Esta total subordinação do escravo em relação a seu senhor, contudo, não constitui em si um fim.

O sadismo, o sofrimento posto como fim, não é elemento típico do sistema, surge ocasionalmente em função da personalidade doentia do senhor. Em regra, o tratamento desumano que se dá ao escravo é instrumental, existe apenas enquanto reconhecido como meio necessário para a manuten-

¹¹ Jairo Lins de Albuquerque Sento-Sé, in Trabalho Escravo no Brasil. Editora LTr, 2001, página 127.

ção de uma ordem de exploração econômica do trabalho alheio.

Hoje, o trabalho assalariado não representa senão o mesmo sistema de exploração de trabalho alheio, agora, adaptado às novas condições tecnológicas, econômicas e sociais.

A grande estrela que iluminava e dava vida à escravidão e à servidão é a mesma que hodiernamente mantém o trabalho assalariado.

Note-se que o maior equilíbrio entre as forças do capital e do trabalho, decorrente do grande desenvolvimento sócio-econômico observado nos séculos XIX e XX, do qual resultou numa série de benefícios e vantagens que melhoraram as condições de vida para o trabalhador, permanece como elemento frágil e variável do sistema, de modo que qualquer abalo na ordem sócio-econômica acaba afetando sensivelmente esse equilíbrio, fazendo deteriorar os direitos trabalhistas arduamente conquistados, sem, contudo, afetar o núcleo central – a exploração econômica do trabalhador.

Não por outro motivo é que, com frequência, vemos as relações de trabalho assalariado metamorfosearem-se em relações que em muito se aproximam da escravidão e da servidão.

O trabalho escravo contemporâneo, que podemos encontrar na zona rural de nosso país, onde é modesta a atuação dos órgãos de fiscalização do Estado, é exemplo típico dessa transmutação do sistema assalariado em um sistema análogo ao escravista do século XIX, mediante o qual se alteram as circunstâncias que envolvem a prestação do trabalho, mas mantém-se o almejado lucro pela utilização do trabalho de outrem.

Essa nova relação de trabalho, conforme Jairo Lins de Albuquerque Sento-Sé¹², apresenta-se em suas linhas gerais da seguinte forma: “O empregador mantém o empregado rural sob o seu jugo, normalmente iniciando por uma oferta ilusória e tentadora de labor patrocinada por um falso empregador. Daí porque a sua manifestação

originária de vontade costuma ser deturpada, uma vez que os termos contratuais acertados com o representante do patrão normalmente são descumpridos. Isto se agrava quando, iniciado o labor, o obreiro chega a ser submetido a coação física e moral na hipótese de questionar o conteúdo da prestação do trabalho. O ápice da exploração é atingido quando o rurícola contrai uma dívida impagável perante o seu patrão e fica aprisionado a ele de maneira inquebrantável e ininterrupta”.

Outro exemplo é a denominada “superexploração do trabalho”, que se caracteriza pelo fato de o empregado ser submetido a excessiva jornada de trabalho, laborando de domingo a domingo, sem anotação em carteira de trabalho, sem receber férias, 13º salário, horas extras, DSR’s etc.

No primeiro caso, além de ser explorado economicamente, o trabalhador é privado de direitos fundamentais como a liberdade, integridade física e psíquica, em completo desrespeito à sua dignidade, o que torna desprezível sua própria condição humana. Sua situação só é melhor que a do escravo da idade antiga porque, diferentemente deste, não é considerado propriedade do senhor (não pode ser vendido).

No segundo, o empregado é tratado como trabalhador de segunda categoria, eis que, ao arrepio da lei, seu empregador, sonhando direitos garantidos aos trabalhadores em geral, paga-lhe o estritamente necessário à subsistência. Assim, ainda que não se reconheça no presente caso grave ofensa à dignidade do empregado, não podemos deixar de admitir sua humilhante condição.

Há, ainda, uma outra modalidade de exploração do trabalho alheio que, embora atípica, não se pode dizer que é incomum.

Nela o trabalhador é admitido mediante contrato anotado em CTPS e promessa de pagamento de todos os direitos trabalhistas previstos no ordenamento jurídico. O empregado presta seus serviços em jornada diária de oito horas e 44 semanais, goza intervalo para refeição de duas horas, não realiza trabalho extraordinário e desfruta

¹² Ob. cit. na nota 11, página 28.

normalmente o descanso semanal remunerado. Em nenhum momento é forçado ao trabalho, ameaçado, nem sequer recebe advertências. Contudo, decorridos apenas alguns dias ou o mês completo, o trabalhador é dispensado sem qualquer pagamento.

A maioria das pessoas de nossa sociedade moderna, se questionada, certamente dirá que houve um simples inadimplemento, ocorrência de menor gravidade que a observada na escravidão e na “superexploração” do trabalhador.

Acredito, porém, que o que hoje chamamos de “inadimplemento” é, no aspecto econômico, mais prejudicial ao homem que o trabalho escravo. Para sustentar esta afirmação, utilizo-me dos argumentos do jurista e filósofo maranhense Agostinho Ramalho Marques Neto¹³: “Em muitos casos, o escravo grego, por exemplo, tinha situação melhor que a dos explorados da modernidade, uma vez que possuía roupas, alimentação e moradia, enquanto o atual explorado, além de igualmente possuir liberdade, não tem sequer acesso às suas necessidades básicas”. Podemos, outrossim, confirmar estas idéias com dados históricos¹⁴: Na Grécia, “embora muitos fossem pobres, eram poucos os muito ricos. Quase todos, quer cidadão, metecos ou **escravos**, comiam o mesmo tipo de comida, vestiam o mesmo tipo de roupa e participavam do mesmo tipo de divertimentos”. (grifo nosso)

Dois são os motivos que me levam a pensar assim.

O primeiro deles encontra-se expresso na obra *O Capital* de Karl Marx e diz respeito ao fato de o pagamento na forma de salário não deixar que se perceba que, além do trabalho necessário, do qual se aproveita o trabalhador (trabalho pago), este também produz um “sobre-trabalho”, que aproveita ao empregador (trabalho não pago), de modo que, sem a análise mais profunda da matéria, tem-se a impressão que todo o trabalho

do operário é pago e que o escravo nada recebe.

Vejamos como o filósofo explica o fenômeno¹⁵: “No sistema escravagista, ainda a parte da jornada em que o escravo supre o valor da sua subsistência e na qual trabalha realmente para si próprio, não parece senão que trabalha para o seu proprietário; todo o seu trabalho reveste a aparência do trabalho não pago. Sucede o contrário com o trabalho assalariado: ainda o sobre-trabalho ou trabalho não pago afeta a aparência de trabalho pago. Na escravatura, a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si próprio; no salariado, a relação monetária encobre o trabalho gratuito que o assalariado produz para o seu capitalista”.

Desta forma, pelas razões acima apontadas, quando vemos um empregado moderno que não recebeu seu salário, temos a falsa impressão de que ele, assim como o escravo, nada recebem por seu trabalho e, por isso, do ponto de vista econômico, estariam na mesma situação. A partir daí, concluímos que, por ser livre, em melhores condições está o trabalhador moderno, do que o escravo que, além de não receber salário, não goza de liberdade.

Como se vê, em razão da paga salarial, temos dificuldade em perceber que o empregado desprovido de seu salário, encontra-se, do ponto de vista econômico, em piores condições que o trabalhador “super-explorado” e que o escravo.

O segundo motivo em razão do qual se torna difícil compreender que o trabalhador moderno, quando não recebe o salário correspondente a seu labor, encontra-se, do ponto de vista econômico, em condições piores do que aqueles miseráveis escravos que eram acorrentados aos porões das galeras romanas para, no momento das batalhas, aplicando todas as suas forças nos remos, darem grande velocidade à embarcação, é

¹³ Cf. Jairo Lins de Albuquerque Sento-Sé, in op. cit. página 26.

¹⁴ Edward Mcnall Burns, in *História da Civilização Ocidental*, Editora Globo, 40ª Edição, volume I, 2000, página 119.

¹⁵ Edição Condensada de *O Capital* de Karl Marx, Editora Edipro, 2ª edição, 2003, página 211.

o fenômeno descrito por Eduardo Giannetti¹⁶ como auto-engano: “O problema da dificuldade de olhar para si mesmo aparece de forma aguda no campo moral. Quando o que está em jogo são ações e interesses distantes da nossa rede de afetos e preocupações: quando tudo o que nos cumpre fazer resume-se a aprovar ou condenar determinadas condutas, ao passo que o ônus da sua execução recai sobre ombros alheios, cada um de nós é um juiz competente, com uma noção adequada de certo e errado e um compromisso inabalável na defesa do bem e no combate sem tréguas do mal... Mas quando se trata de atribuir a devida dimensão e dar um contorno adequado ao que se refere a nós mesmos, quando o que está em jogo é a definição de uma perspectiva equilibrada entre os nossos interesses e os interesses dos que nos cercam, cuidando para que as nossas ações reflitam na prática esse equilíbrio, a nossa capacidade de discernimento e juízo moral tende a ficar seriamente enfraquecida... A competência humana para ver e julgar com o mínimo de isenção e imparcialidade parece cair exponencialmente à medida que nos aproximamos de tudo aquilo que nos afeta e preocupa de perto. Daí o consagrado preceito, oriundo da Política de Aristóteles em sua formulação original, segundo o qual “ninguém é bom juiz em causa própria”. O apetite da parcialidade é voraz. Ele insiste, ele envolve, ele se insinua no cerne do nosso equipamento moral e com frequência abocanha o que almeja, ou seja, consegue desviar, deturpar ou anular a sua ação corretiva”

O mesmo fenômeno, isto é, a tendência de não enxergar os próprios erros, essa parcialidade moral que afeta o indivíduo, também parece atingir a sociedade de forma generalizada.

“Para manter o status quo, a estrutura que mantém nosso confortável modo de vida, somos capazes de mentir descaradamente para nós mesmos. Criamos, se necessário, todo um complexo e ardiloso sistema filosófico para tão-somente nos fazer enganar.”

Para manter o *status quo*, a estrutura que mantém nosso confortável modo de vida, somos capazes de mentir descaradamente para nós mesmos. Criamos, se necessário, todo um complexo e ardiloso sistema filosófico para tão-somente nos fazer enganar.

Muito mais difícil que mudar nossas idéias é transformar as nossas vidas, de modo que, em geral, estamos mais habituados e capacitados a controlar nossos sentimentos e idéias do que os acontecimentos do mundo fenomênico. Por isso, o homem, entre a opção de justificar seu mundo e torná-lo justo, tem dado preferência à primeira.

É a partir daí que podemos compreender, por exemplo, porque Aristóteles, que sobre assuntos como a lógica empreendeu tão profunda e sábia análise filosófica, ao discorrer sobre a escravidão, não conseguiu deixar a superficialidade, afirmando que alguns homens “são escravos por natureza, nascidos para servir, para fazer o que são mandados”.

Poderíamos esperar outro juízo do filósofo grego, para quem o ócio (à época prerrogativa dos homens livres) era fundamental para manter uma vida, como dizia Platão, de “contemplação das idéias”?

Não! Muito mais conveniente que se opor à instituição fundamental de sua sociedade era encontrar argumentos para legitimá-la.

Assim, pelos mesmos motivos que Aristóteles, no século VI a.C., não via indignidade alguma na escravidão, hoje, quando o empregador deixa de pagar o salário de seu empregado, parece-nos apenas que estamos diante de um simples inadimplemento de uma obrigação. Não conseguimos enxergar que esse trabalhador foi explora-

¹⁶ Eduardo Giannetti, in Auto-engano. Companhia das Letras, 1ª reimpressão, 1998, páginas 178/179.

do ao extremo, que, ao contrário do que ocorre com o escravo e o servo, não lhe foi dado, em função de seu labor, nem o necessário à sua subsistência, que também aqui, sua condição humana é desprezada.¹⁷

Como nós, representantes da cultura ocidental, orgulhosos por termos criado, depois de séculos de evolução filosófico-jurídica e técnico-científica, um Estado Democrático de Direito, que tem, dentre outros, como fundamentos a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e no qual vigem normas trabalhistas consolidadas, por muitos consideradas excessivamente protecionistas, poderíamos aceitar a ocorrência de situações em que o trabalhador moderno seja posto, sob o aspecto econômico, em condições piores que um servo da Idade Média.

Como suportar o fato de que, quando se sonega ao trabalhador o salário, no qual estão insertos parcelas correspondentes ao mínimo necessário à sua sobrevivência, dá-se nascimento ao sistema mais eficiente de exploração do trabalho alheio, da pré-história até nossos dias. Que, neste ponto, a estrela que mantém o sistema (lucro a partir do trabalho de outrem) explode sob a forma resplandecente de uma supernova, e, assim, vemos tudo que estava em sua órbita submergir completamente no brilho ofuscante de um feixe de luz, de maneira que, por fim, não resta senão a enorme estrela brilhante (o lucro puro). O sistema atinge o ápice de seu desenvolvimento – a perfeição. O empregador não precisa despender nada para obter a força de trabalho, recursos monetários (compra do escravo), bens (fornecer alimento, roupas, moradia), energia (ferir, castigar, humilhar, restringir a liberdade), apenas colocar à disposição os meios de produção. Não mais é necessário preocupar-se com a sobrevivência do trabalhador, pois, agora, cabe ao Estado dar assistência aos necessitados, mas se o ente público não

cumprir sua obrigação e o trabalhador não sobreviver, não há problema, a oferta da mão-de-obra é muito superior à demanda.

5. DA ANALOGIA ENTRE O CRÉDITO ALIMENTAR TRABALHISTA E OS ALIMENTOS

Encontramo-nos agora no ponto crucial de nossa investigação acerca da possibilidade de realização de penhora de salário para satisfação do crédito alimentar trabalhista.

É o momento de responder a seguinte questão: Considerando que o que diferencia o crédito alimentar trabalhista e os alimentos é a existência neste último, entre credor e devedor, de um vínculo de parentesco e no primeiro um vínculo obrigacional decorrente da utilização da força de trabalho do empregado sem a correspondente contraprestação, poderíamos, segundo os valores que hoje inspiram nosso ordenamento jurídico, aplicar analogicamente o quanto disposto no inciso IV, do artigo 649 do CPC, para permitir que, naqueles casos em que o empregador não paga parcela de natureza alimentar a seu empregado, efetue-se a penhora de salários que eventualmente receba?

Para responder a questão posta, é necessário visualizar uma situação de conflito entre o crédito trabalhista e o de alimentos, caso em que nos veremos obrigados a optar, a fazer uma escolha valorativa entre ambos.

Vejamos como isto é possível: “Fulano, 40 anos, funcionário público, casado, dois filhos, com salário mensal de R\$1.000,00, é citado em ação de alimentos promovida por seu irmão, Beltrano, com 30 anos de idade, desempregado, que se diz em condições de miserabilidade, sendo incapaz de manter seu próprio sustento. Em defesa, Fulano alega que da remuneração que percebe, R\$740,00

¹⁷ Jorge Luiz Souto Maior, em texto produzido para o Projeto de Curso da Escola da Magistratura da 15ª Região, com o título O juiz entre a razão e a sensibilidade, observa, com certa ironia, mas com muita propriedade que: “Se legislação trabalhista flexível fosse sinônimo de sucesso econômico, não tenham dúvida, o Brasil seria a primeira potência econômica do mundo. Mas, de qualquer modo, se eu estiver errado, então a solução do problema econômico do Brasil é muito simples e não há porque ficar dando muitos rodeios: basta revogar a Lei Áurea. Mas, como a escravidão pode ser muito cara, deve-se acrescentar à nova-velha ordem uma outra regra legal, fixando que os escravos (os pobres, sejam negros ou brancos) *não precisam ser alimentados pelo seu dono e que este não lhes precisa conceder moradia*. Atendida a lógica do argumento da necessidade da redução de custos do trabalho, o Brasil será então, uma potência mundial. (grifo nosso)

são gastos com a subsistência de sua família (R\$300,00 alimentação, R\$200,00 com aluguel, R\$150,00 com água e luz e R\$90,00 com transporte), dela não podendo dispor. Afirma, ainda, que está muito preocupado com a situação de penúria do irmão e gostaria muito de ajudá-lo. Contudo, o valor que resta de seu salário (R\$260,00), do qual pode dispor para garantir o sustento de seu irmão, estaria antes destinado para o pagamento do salário de sua empregada doméstica, que também precisa sustentar sua família. O que fazer? - pergunta. Deixo de cumprir minha obrigação trabalhista para auxiliar meu irmão?

Diante do impasse, seria possível ao juiz, que considera o Direito como um instrumento para o alcance dos “fins sociais e do bem comum”, manter o espírito sereno e tranquilo? Ou, nesse caso, o magistrado estaria irremediavelmente entregue à angústia de ver afastada dos olhos a ilusão que faz parecer a fugidia Justiça uma escolha e não uma meta a ser alcançada; tomado pela dor dilacerante de estar diante da realidade de um mundo que nem sempre permite o bem comum – da natureza sem piedade – da natureza que – como diz Schopenhauer – nunca se contrista.

Num primeiro momento, buscando na lei a solução do caso, observaria ele que o inciso IV, do artigo 649 do CPC, estabelece como única exceção ao princípio da impenhorabilidade, o pagamento de prestação alimentícia, do que concluiria, com facilidade, que, se a ordem jurídica não prestigiou o crédito trabalhista da mesma forma, é porque considera o vínculo de parentesco mais relevante, motivo pelo qual o Sr. Fulano deve, também, dar preferência ao pagamento de sua obrigação alimentícia.

Imediatamente, contudo, constataria que o resultado alcançado contraria fron-

talmente princípios fundamentais da ordem constitucional como o direito à vida e à dignidade da pessoa humana, eis que, efetivamente, não se pode decidir a favor do irmão para deixar a empregada desprovida de seus meios de subsistência ou vice-versa.

O fato de o direito nascer de um liame de parentesco ou de um vínculo de emprego, ante o valor da vida e da dignidade do homem, perde toda a sua importância.

Assim, no caso em tela, colocado o magistrado na posição de ter que decidir entre direitos de igual magnitude, a vida em face da vida, não pode simplesmente optar entre um ou outro.

Por que então se vê a maioria dos juízes do trabalho, quando diante da necessidade de decidir entre a vida e dignidade do executado e a vida e dignidade do trabalhador, com tanta desenvoltura e tranquilidade de espírito, optar por conceder de forma integral o direito ao executado?

O primeiro motivo a explicar a escolha, é a existência de uma lei que se auto-intitula absoluta.

A impenhorabilidade de salário é absoluta – Amém!

O artigo 649 do CPC representa o sonho de todo julgador. O Eldorado do universo jurídico. A terra prometida onde a solução do caso concreto flui naturalmente da norma, sem a necessidade de qualquer esforço mental, e, principalmente, sem a angustia tomada de posição diante de valores em conflito.

Através dela, como diz José Renato Nalini, “o aplicador do Direito, preso à norma posta, está em confortável posição de um ser ascético, passivo, neutral, que se limita a aplicar automaticamente a lei ao caso concreto”.¹⁸

“O artigo 649 do CPC representa o sonho de todo julgador. O Eldorado do universo jurídico. A terra prometida onde a solução do caso concreto flui naturalmente da norma, sem a necessidade de qualquer esforço mental, e, principalmente, sem a angustia tomada de posição diante de valores em conflito.”

¹⁸ Cf. Jorge Luiz Souto Maior, in O Juiz entre a razão e a sensibilidade. Escola da Magistratura. Campinas. EMATRA XV.

Como reconhecer que este paraíso terrestre é apenas um desvario do legislador? Como suportar a idéia de que o Direito é um deserto sem oásis?

É preciso antes galgar degraus mais altos de nossa cultura jurídica, alcançados quando o julgador ultrapassa conceitos supersticiosos e, por exemplo, não acredita mais em leis divinas, eternas, e até mesmo na Justiça como algo inerente ao mundo, bem assim, quando supera o medo da responsabilidade que sobre si recai de ser o intérprete e aplicador do direito e se torna forte o bastante para suportar o sofrimento de descobrir em cada caso concreto que a Justiça plena é uma meta inalcançável.

Somente num degrau superior, conseguimos entender que a crença em um direito absoluto, ou seja, num direito ao qual não se pode opor outro direito, não se pauta num ato de inteligência, mas sim num ato de pura fé, que nasce da fraqueza humana, de sua necessidade de um mundo sem conflitos, de sua esperança na existência de um paraíso onde os direitos individuais estejam sempre em harmonia.

Na verdade, a vida em sociedade faz surgir constantemente situações de conflito em que se põem face a face direitos iguais. Assim, para aceitar a possibilidade de direitos absolutos, precisamos considerar também possível que direitos absolutos entrem em conflito, o que é logicamente inaceitável.

A contradição aqui é insuperável. Desse modo, para crer no direito absoluto é preciso antes por de lado a razão (princípio da contradição), à maneira daqueles que acreditam que Deus, por sua onipotência, é capaz de “fazer uma pedra tão pesada que Ele próprio não consiga erguer”¹⁹. Aqui, somente a fé é capaz de sustentar a verdade do juízo.

Desta forma, deve-se reconhecer que o julgamento que se faz pautado em “norma absoluta”, embora ofereça uma posição confortável ao julgador, nem sempre é acertado, uma vez que parte do falso pressuposto de que existem direitos também absolutos.

Note-se que mesmo o direito à vida,

que pressupõe todos os demais, comporta exceção, como, por exemplo, na típica hipótese dos naufragos A, B e C que disputam uma tábua que suporta o peso de apenas uma pessoa. Diante do direito à vida, poderíamos dizer que A, por ser mais jovem deveria ficar com a tábua, ou C por ser mais inteligente ou B por ser mais rico?

Não há porto seguro no oceano do Direito. Temos que navegar sem parada por entre as ondas, ora tranquilas, ora revoltas, com coragem e força para enfrentar as inevitáveis tempestades.

O segundo motivo parece ser a situação resolvida do exequente – o exequente está vivo! Apesar de ter ficado sem seu salário, de algum modo, não morreu. Se não morreu é porque as verbas a que tinha direito não respondiam por sua subsistência. O executado, por outro lado, encontra-se em situação pendente, de modo que não podemos prever como ele ficará se for retirada uma parte de seu salário.

A compreensão da situação do exequente, contudo, revela-se equivocada.

O empregado pode simplesmente estar suprimindo as necessidades de sua família mediante consumo de recursos financeiros acumulados que, em pouco tempo, acabarão se esgotando. Ademais, do fato de o exequente estar vivo, não é possível aferir as condições em que vive, bem assim se seus dependentes tiveram a mesma sorte. Sua casa pode estar sem luz, sem água, sem produtos de higiene, com os alugueres atrasados. Seus filhos sem remédio, sem roupas, sem sapatos, sem material escolar, sem brinquedos, sem alegria.

O empregado pode, também, estar vivendo de favores. Da ajuda dos parentes e vizinhos. Ou, ainda, endividando-se por meio de empréstimos que consumirão todos os seus recursos futuros e, assim, em muito contribuirão para a perpetuação de sua miséria.

Note-se que, ainda que se considere que a falta de salário não põe em risco a vida dos empregados (exequente e executado) em função do amparo que estes en-

¹⁹ Bertrand Russell, in *História do Pensamento Ocidental*. Editora Ediouro, 2001. página 205. Ao comentar o princípio da contradição.

contram na sociedade, seja pela solidariedade dos amigos e parentes, seja dos programas assistenciais do Estado, não poderemos negar que para o trabalhador a situação de miserabilidade que o obriga a buscar o auxílio é indigna.

Dessa forma, se considerarmos que o juiz, quando nega o pedido de penhora de salário do executado, não decide sobre o direito à vida, indubitavelmente estará decidindo sobre o direito à dignidade.

Como se vê, a decisão que peremptoriamente nega ao exeqüente, credor de salários, a possibilidade de penhora de salário do devedor, tem como pilares de sustentação falsos pressupostos.

Verdadeiramente não há leis absolutas e o crédito do exeqüente responde por suas necessidades básicas.

Diante disso, devemos reconhecer que o magistrado, deparando-se com situação de fato da qual resulte conflito entre direitos fundamentais como a vida e a dignidade humana, diante dos quais tudo se

apequena (ser parente, ser empregado, ser rico, ser pobre, ser proprietário), não pode simplesmente decidir em favor de uma das partes, quando outra solução houver.

Conforme assevera Paulo Benavides, existem duas concepções de Estado de Direito: “uma ultrapassada, vinculada ao princípio da legalidade, que teve seu apogeu no direito positivo da Constituição de Weimar, e outra, em ascensão, ligada ao princípio da constitucionalidade, que transferiu o centro de gravidade da ordem jurídica para o respeito dos direitos fundamentais”.²⁰

Com relação à teoria dos princípios, vivemos hoje fase pós-positivista, na qual os princípios deixaram de ser mera fonte subsidiária para serem tratados como Direito, isto é, dotados de normatividade²¹. Ocorre que, diferentemente das antinomias que se resolvem através da exclusão de uma das normas em conflito, conforme os critérios hierárquico, cronológico e da especialidade, a contradição entre princípios, porque não se opera no campo da validade, mas na esfera valorativa, é solucionada através de uma concordância prática.²²

²⁰ Cf. Sylvia Marlene de Castro Figueiredo, in *A Interpretação Constitucional e O princípio da Proporcionalidade*, RCS Editora, 2005, página 196.

²¹ *Ibid.*, p. 143/144. Sobre a normatividade dos princípios constitucionais: *TRIBUTÁRIO – Mandado de Segurança preventivo. Legitimidade passiva “ad causam”*. Direito líquido e certo. Plano de aposentadoria incentivada. Imposto de Renda. (...) VOTO: (...) Como se todas essas verdades não fossem suficientes para uma conclusão favorável ao aposentado, acresce argumentar que estamos vivendo a era do reconhecimento dos chamados direitos humanos fundamentais. Dentre esses últimos, como não poderia deixar de ser, insere-se o respeito à dignidade da pessoa humana, erigido a fundamento de nossa República, de conformidade com preceito constitucional expresso (CF, art. 1º, inciso III). Decorre de tal circunstância, que os processos de Hermenêutica não podem deixar de levar em conta os comandos constitucionais, sob pena de transformar-se a Constituição jurídica num simples pedaço de papel, na sugestiva expressão de LASSALLE. Diz-nos, a propósito KONRAD HESSE (*A Força Normativa da Constituição*, tradução de Gilmar Ferreira Mendes, Sérgio Antonio Fabris Editor, Porto Alegre, 1991, p. 25): “A Constituição não está desvinculada da realidade histórica concreta do seu tempo. Todavia, ela não está condicionada, simplesmente, por essa realidade. Em caso de eventual conflito, a Constituição não deve ser considerada, necessariamente, a parte mais fraca. Ao contrário, existem pressupostos realizáveis (*realizierbare Voraussetzungen*) que, mesmo em caso de confronto, permitem assegurar a forma normativa da Constituição”. Assim, quando se fala na dignidade da pessoa humana, em nosso Estatuto Máximo, não se está fazendo mero exercício de retórica, como se o dispositivo fosse desprovido de coercibilidade jurídica. Já acentuei, em oportunidades anteriores, que o não atendimento ao comando de um princípio constitucional é a forma mais grave de inconstitucionalidade ou ilegalidade, conforme acentua o Eminentíssimo Prof. CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO (*Elementos do Direito Administrativo*, 2ª edição, São Paulo, 1991, p. 300), “porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço e corrosão de sua estrutura mestra”. Também o ilustre Prof. EROS ROBERTO GRAU, após justificar o seu distanciamento da construção de cunho liberal pela qual cria-se uma dicotomia entre direitos e garantias constitucionais, com o escopo de distinguir diferentes graus de eficácia de uns e de outras, resolveu aderir, com CANOTILHO, à idéia de que a distinção referida não poderia se sustentar enquanto representasse um óbice a que as garantias constitucionais viessem a institucionalizar-se. E conclui o Prof. EROS: “A aceitação da existência de direitos sem garantias implica estejamos a concebê-los como fórmulas vazias e a Constituição que os contemple como mero papel pintado de tinta... em razão disso tenho por indispensável a superação absoluta entre direitos e garantias, o que nos leva à conclusão de que aqueles são de aplicação direta e imediatamente vinculantes do Legislativo, do Judiciário e do Executivo. (...) É o meu voto”. Des. Fed. Newton De Lucca (TRF – 3ª Região – 4ª Turma; Apelação em mandado de segurança nº 1999.03.99.042807-7-SP; Rel. Des. Fed. Newton De Lucca; j. 22/11/2000; v.u.; in *Boletim AASP* n. 2226/1941).

²² *Ibid.*, p. 76.

Sobre o tema discorre Sylvia Marlene de Castro Figueiredo²³ nos seguintes termos: “Assim, havendo contradição entre dois princípios diante de um caso concreto, referidos princípios devem se harmonizar, mediante aplicação relativa, ou seja, até a medida em que não colidirem com o outro princípio. Devem, portanto, renunciar à sua pretensão normativa absoluta”.

Recentemente tivemos oportunidade de vivenciar, mediante reportagem televisiva apresentada em rede nacional, situação em que não foi observada essa necessidade de harmonização dos direitos fundamentais em conflito, senão vejamos:

Em dois de maio de 2003, na periferia de Salvador, o Sr. Hamilton dos Santos, por determinação judicial, posicionou seu trator para dar início à derrubada de nove barracos que foram construídos em terreno alheio. Diante das famílias que ali residiam, o tratorista, mesmo instado pelo Oficial de Justiça e pelo dono do terreno, quedou-se inerte. Mesmo sob ameaça de prisão, recusou-se a cumprir a ordem judicial.

Por ter descumprido a ordem do magistrado, o tratorista foi homenageado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

No mesmo dia em que foi ao ar a matéria, o jornalista Arnaldo Jabor, comentando a notícia, valorizou o exemplo daquele homem pobre e decente que, em um mundo como o nosso, ainda tinha a capacidade e a coragem de recusar-se a cumprir uma ordem que prejudicaria uma família pobre e indefesa.

Não houve na mídia, escrita ou televisiva, um único comentário de repúdio ao ato do Sr. Hamilton. Ao contrário, somente se viu e ouviu elogios, nos quais se ressaltava a nobreza do espírito daquele homem humilde, que, por compaixão, desprezou completamente a dura *lex*.

O fato suscita profunda reflexão.

Por que o descumprimento da ordem

judicial, que representa o comando da lei, nesse caso, em vez do repúdio encontrou a simpatia da sociedade, que é justamente a grande interessada no cumprimento da lei?

Se a lei, como instrumento do Direito, tem como fim precípua, no dizer do ilustre jusfilósofo Miguel Reale, “a realização ordenada dos valores de convivência”, o que explicaria o contentamento da sociedade com a subversão de seus próprios valores?

A maioria dos comentários feitos sobre a questão adquiriu um caráter místico-religioso e explica o fenômeno pela misericórdia divina que teria tomado conta do espírito do tratorista, o qual diante do sofrimento daquelas miseráveis famílias, teve seu coração partido pela compaixão.

Vejamos um desses comentários que circularam pela internet:

Não é difícil constatar que a compreensão do fato, nesses termos, não deixou a superficialidade.

A simples compaixão, ou seja, a dor experimentada por um indivíduo que se depara com o sofrimento alheio, ocorre a todo o momento, nos lugares mais variados. Nos hospitais do mundo afora, quantos não sentem piedade pelos doentes. Nas ruas, quem não sofre com a miséria das crianças abandonadas. Quantos também não sentem comiseração pelos que morrem ou saem feridos nos atentados, guerras e *tsunamis*. Assim, não há dúvida, a compaixão é ocorrência comum e, em geral, não desperta grande atenção.

Como se vê, necessário buscar outros motivos para a comoção social causada pelo ato do tratorista.

Outro elemento relevante do caso é o fato de o tratorista ter afrontado a lei. Sim, embora a compaixão seja ordinária, não se pode dizer que seja comum que alguém, por misericórdia, deixe de cumprir ordem judicial, sujeitando-se às penas impostas pela lei.

Seria, então, esse fator coragem que se acrescenta ao caso, motivo suficiente para explicar a atenção que a ele se deu e a sua aprovação nacional?

²³ *Ibid.*, p. 167.

Entendo que o elemento coragem pode ser suficiente para que o caso seja considerado inusitado, diferente a ponto de interessar a um grande número de pessoas. Contudo, ele não explica a sua aprovação geral.

Se um policial militar, ao realizar sua ronda, prender um indivíduo em flagrante delito (furtando um automóvel) e logo após o deixar escapar, argumentando, que ficou enternecido porque este lhe contou sua triste história de vida, o quê se dirá? Que o policial é homem de bom coração? Daria a sociedade em geral a mesma aprovação que deu ao ato do tratorista? Receberia ele algum prêmio da Ordem dos Advogados do Brasil? Com certeza não. O policial seria tido como homem covarde, que deixou de cumprir a lei, em benefício de todos, para pura satisfação de seu sentimento de piedade.

Veja-se que o policial foi, da mesma forma que o Sr. Hamilton, misericordioso, sentiu pena do delinquente. Também mostrou coragem, eis que descumpriu a lei, correndo o risco de ser apenado, perder seu emprego, ser preso. Por que então não teria ele a aprovação da sociedade.

Por certo, há um outro fator atuando no caso do tratorista que não se verifica no do policial.

O divisor de águas aqui é que o policial, para estancar a sua dor, atuou em desacordo com valores sociais segundo os quais não se deve furtar automóveis, ainda que se tenha nascido e crescido na pobreza.

O ato do policial é de puro egoísmo, eis que o motivo de seu querer encontra-se exclusivamente em sua dor pessoal.

O tratorista Hamilton, por sua vez, da elevada cabina de seu trator, olhando a multidão que o cercava, viu diante de si, de um lado, o proprietário do terreno, muito provavelmente dono de outros lotes pela cidade, rico, poderoso, satisfeito, tendo ao seu lado o Oficial de Justiça com a ordem judicial nas mãos, e de outro, pessoas pobres e humildes, em prantos, prestes a ter a sua residência, seu bem mais precioso, seu recanto, seu descanso, seu abrigo, destruído sob o estrondoso ruído de seu trator.

Recusou-se, então, a cumprir a ordem judicial. Recusou-se a desalojar nove famílias para entregar um terreno limpo a quem, com certeza, residia numa bela casa.

Diante disso, como negar que o Sr. Hamilton, mesmo sendo um homem sem qualquer conhecimento sobre Ciências, Artes, Filosofia, ou Direito, foi capaz de, instintivamente, compreender que o direito a um abrigo, que pode representar a vida e a dignidade das pessoas, está acima do direito de propriedade.

Esta a verdadeira e fundamental razão de não encontrarmos um único comentário de repúdio ao comportamento do tratorista. Nossa sociedade não aceita que pessoas sejam jogadas na sarjeta, como se animais fossem, para garantir o direito de propriedade a uma minoria afortunada.

É certo que no caso da penhora de salários não há, como na situação acima, nítida desproporção valorativa entre o direito de uma e de outra parte. Por isso, mais do que nunca, precisamos, tal qual o tratorista Hamilton, elevar-nos a um patamar que possibilite um olhar panorâmico das partes em conflito.

Somente do alto, poderemos com clareza ver, de um lado o executado com seu salário, que responde por suas necessidades básicas e também outras não tão prementes, e, de outro, o trabalhador que, sem salário, vê-se privado das condições de subsistência.

A partir dessa perspectiva superior, não podemos negar que a interpretação legal que se dá ao artigo 649 do CPC, e que priva o empregado-exeqüente do recebimento dos haveres necessários a sua sobrevivência, deixando, por outro lado, o executado, que explorou o trabalhador até as últimas conseqüências, na confortável situação de poder satisfazer todas as necessidades de sua família e, muitas vezes, acumular capital, afronta direitos fundamentais de nossa sociedade como o direito à vida e à dignidade humana.

Diante da ordem constitucional vigente, a qual garante a todos o direito à vida e à

dignidade humana, há que se dar igual tratamento à necessidade alimentar, seja ela devida ao parente ou ao empregado.

Por isso, ao interpretar a exceção inscrita no inciso IV, do artigo 649 do CPC, devemos, por analogia, estendê-la a todas as obrigações de natureza alimentar, de modo que o executado passe a responder com seu salário, na medida de sua capacidade.

6. DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS QUE PODEM ENSEJAR A PENHORA DE SALÁRIO

Embora o crédito trabalhista tenha eminente natureza alimentar, não podemos olvidar que o objeto de algumas condenações na Justiça do Trabalho têm essa natureza muito atenuada ou, simplesmente, não a possuem.

As indenizações decorrentes de dano moral, por exemplo, não podem ser consideradas tipicamente alimentar, eis que representam reparação civil pelos danos causados à honra e à dignidade do trabalhador, sendo de competência trabalhista apenas por conta do liame empregatício existente entre autor e réu.

Por esse motivo, tais verbas não devem ensejar a penhora de salário do executado.

Outras verbas de natureza indenizatória como multa de 40% sobre o FGTS e multas dos artigos 467 e 477, ambos da CLT, apresentarão natureza alimentar caso, após a rescisão contratual, por longo tempo perdurou a situação de desemprego do exequente.

Não podemos olvidar, outrossim, que mesmo as verbas tipicamente salariais como salários atrasados, saldo de salário, décimo terceiro, horas extras, dentre outras, quando em oposição ao salário do executado, representarão necessidades mais prementes somente até 70% do seu valor, uma vez que

os 30% restantes, referem-se a outras necessidades como lazer, vestuário e educação que, no máximo, poderão ser consideradas num mesmo nível valorativo que outras parcelas que compõem o salário do executado.

Assim, ainda que todo o crédito exequendo tenha natureza salarial, somente 70% dele poderá ser satisfeito mediante penhora de salário do executado.

7. DA FIXAÇÃO DA PARCELA PENHORÁVEL DO SALÁRIO DO EXECUTADO

Assim como se faz na fixação da prestação alimentícia, no estabelecimento da parcela penhorável do salário do executado, deve-se observar a capacidade econômica deste (§ 1º do artigo 1.649 do CC).

Se o objetivo da penhora é justamente dividir as possibilidades econômicas, impedindo que uma das partes seja privada das mínimas condições de subsistência e, desta forma, tenha em risco sua sobrevivência ou sua dignidade, por óbvio, a penhora de parte do salário do executado não poderá desfalcá-lo do necessário ao próprio sustento.

Desta forma, em qualquer caso, sempre deverão ser observados os recursos econômico-financeiros do executado, para que não se venha a provocar exatamente o que se queria evitar.

Nesse sentido, quanto melhores forem as possibilidades econômicas do executado, ou seja, quanto maior o salário a sofrer a penhora, maior também será a margem de segurança que o magistrado terá para estabelecer um percentual penhorável.

Note-se que, mesmo que as possibilidades do executado forem muito reduzidas, pode ocorrer de persistirem os motivos para a realização da penhora, o que ocorre, por exemplo, quando o credor estiver vivendo em condições miseráveis.

“Embora o crédito trabalhista tenha eminente natureza alimentar, não podemos olvidar que o objeto de algumas condenações na Justiça do Trabalho têm essa natureza muito atenuada ou, simplesmente, não a possuem.”

Portanto, o fato de o executado auferir baixos salários não deve, por si só, constituir motivo de imediato afastamento da possibilidade de realização da penhora, sendo, nesses casos, necessário averiguar as necessidades do credor.

Não existem, isto é certo, critérios objetivos para que o julgador, com total segurança, fixe um percentual penhorável do salário do executado, mas tão-somente parâmetros gerais a guiá-lo.

Embora, pela falta desses critérios objetivos, tenha o magistrado, diante do caso concreto, uma zona de atuação de grande amplitude, observa-se na jurisprudência uma nítida tendência no sentido de se estabelecer um padrão na fixação de pensões alimentícias. Esse *standard*, que vem sendo reiteradamente adotada pelos Tribunais, correspondente a um terço do salário, tem claro objeto de fixar um limite além do qual torna-se muito perigoso avançar.

Necessário ressaltar, que o padrão encontra-se em harmonia com o quanto disposto no artigo 82 da CLT, pelo qual se estabelece o limite de 70% para pagamento do salário em utilidades (alimentação, habitação, vestuário, transporte e higiene).

Observados, assim, os parâmetros legais, em especial a capacidade econômica do executado e as necessidades do exequente, caberá ao magistrado, com o bom senso e o equilíbrio que dele se espera, fixar a parcela do salário do executado que sofrerá a penhora

8. CONCLUSÃO

Muitas são as barreiras que se interpõem entre a maneira como se tem interpretado a legislação pertinente à penhora salarial e aquela apresentada no presente trabalho. Para transpor a primeira delas, necessário se faz reconhecer a historicidade do Direito, ou seja, a ordem social, assim

como a própria sociedade, está em constante transformação no tempo, de modo que a penhora que antes era impensável, hoje pode ser recomendável.

Necessário, ainda, reconhecer que a mudança da ordem jurídica não ocorre apenas em decorrência de alterações promovidas pelo legislador, mas que a dinâmica do Direito pode ser apreendida também através de um novo modo de compreender o comando da lei, como nos ensina o saudoso hermeneuta Carlos Maximiliano²⁴: *“Interpreta-se hoje o texto vetusto de modo que melhor corresponda às necessidades do presente: basta que o sentido atual se coadune com a letra primitiva. Mudou o ambiente, o meio; e o fim colimado é outro; a Hermenêutica precisa acompanhar a evolução geral”*.

Outra barreira que se põe alta, diz respeito à relevância que se dá à dimensão axiológica do Direito, no momento de aplicação da norma jurídica. Embora, hoje, no discurso, a maioria dos aplicadores do Direito repudie o normativismo lógico, no que tange à interpretação puramente silogística da norma jurídica, poucos, na prática, efetivamente, deixam a esfera fático-normativa para submergir nas águas profundas do oceano valorativo.

Ocorre que, sem um mergulho corajoso, jamais se poderá admitir que a interpretação do artigo 649 do CPC que afasta a possibilidade do empregado-exequente ver penhorado o salário do empregador-executado, em muitos casos, estará atuando em sentido contrário aos valores almejados pelo dispositivo legal, isto é, ao invés de impedir que alguém fique impossibilitado de prover a si e a sua família dos meios de sobrevivência pela falta de salário, contribuirá justamente para que isso aconteça.

Outros obstáculos, como, por exemplo, quais verbas devem ser havidas como de natureza alimentar ou em que circunstâncias devem ser assim consideradas; qual

“Observados, assim, os parâmetros legais, em especial a capacidade econômica do executado e as necessidades do exequente, caberá ao magistrado, com o bom senso e o equilíbrio que dele se espera, fixar a parcela do salário do executado que sofrerá a penhora.”

²⁴ Carlos Maximiliano, in *Hermenêutica e Aplicação do Direito*, Edição Revista Forense, 18ª edição, 1999, página 144.

a parcela salarial pode ser penhorada; quais são as verdadeiras possibilidades do executado e as necessidades do exequente; necessariamente terão que ser suplantados.

Contudo, depois de percorrido o longo caminho e vencidas todas as barreiras mencionadas, restará ainda ao maratonista do Direito o último e maior dos desafios: terá que transpor os portões do paraíso do universo jurídico. Deixar para trás o jardim no qual a solução dos litígios pende na árvore das normas absolutas como frutos maduros, prontos a serem colhidos, sem esforço e sem trabalho.

Àqueles que se vêem tentados a nunca deixar as delícias do paraíso, trago o maravilhoso trecho contido no último canto do Paraíso Perdido do poeta John Milton (1608-1674): “Eles olharam para trás, e contemplaram toda a parte oriental do Paraíso, ainda há pouco sua feliz mansão, ondulada por essa espada chamejante; a porta estava interceptada por horríveis rostos e armas ardentes. Adão e Eva deixaram cair algumas lágrimas sentidas, que logo enxugaram. O mundo todo estava diante deles, para escolherem, lá, um lugar para o seu descanso. A providência era o seu guia. De mãos dadas, com passos incertos e lentos, tomaram, através do Éden, o seu caminho solitário. Então, o arcanjo Miguel diz a Adão: Soma ao teu conhecimento ações louváveis, ajunta a fé, a virtude e a paciência, a temperança, ajunta o amor, chamado no futuro, caridade, alma de tudo o mais; então, não te lastimarás de deixar este Paraíso, pois que possuirás em ti mesmo um Paraíso muito mais feliz.”

Em 25 de maio de 1994, quando da informação prestada ao Juiz relator do mandado de segurança impetrado contra a primeira decisão (25/02/2004), na qual deferi penhora de salário, em execução em trâmite na Vara do Trabalho de Birigui, consignei que: *“É certo que o entendimento sustentado por este Juízo, em vista do que encontramos na doutrina e na jurisprudência, é como uma daquelas pequenas ilhas perdidas no vasto oceano Pacífico, mas assim como abaixo dessas ilhas, em regra, escondem-se extensas cadeias de montanhas que, pelo contínuo movimento da crosta, a qualquer momento podem emergir; submersas pelo medo da solidão, há um sem-número de pessoas prontas a, pelo influxo de novos valores, adotar o mesmo posicionamento deste Juízo. E as-*

sim, à maneira dos geólogos, um dia nos vemos a catar conchinhas no alto de uma montanha localizada a milhares de quilômetros de distância do mar”.

Vejo, agora, contudo, que não será necessário aguardar uma era geológica para ver surgir decisões que reconheçam que o crédito alimentar do trabalhador merece o mesmo tratamento dado ao crédito alimentício devido aos parentes, eis que, transcorridos poucos meses, já é possível encontrar acórdãos admitindo que o crédito trabalhista enquadra-se na exceção prevista na parte final do inciso IV, do artigo 649 do CPC, como as que a seguir transcrevo, proferidas pela 1ª e 3ª Turmas do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região:

“PENHORA SOBRE VENCIMENTOS. EXCEÇÕES. É cediço que os vencimentos dos funcionários públicos são absolutamente impenhoráveis, salvo na hipótese de pagamento de prestação alimentícia, consoante previsto no artigo 649, IV, do CPC. Nessa linha de raciocínio, faz-se mister incluir o crédito trabalhista na exceção enunciada pelo dispositivo supracitado, visto que a própria Carta Política o qualifica como sendo de natureza alimentícia, nos termos do artigo 100, § 1-A. (TRT – AP 00914-1999-019-10-00-4; Relator Juiz Pedro Luis Vicentin Foltran; Ac. 1ª Turma, in DJ 11.6.2004).

“RENDIMENTOS AUFERIDOS DO TRABALHO ASSALARIADO – EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA – PENHORABILIDADE – A teor do artigo 649, IV, do CPC, os rendimentos decorrentes do trabalho assalariado são impenhoráveis, excepcionada as hipóteses em que envolvidas prestações de natureza alimentícia. Nesse cenário, inserindo-se o crédito trabalhista na categoria daqueles de caráter alimentar, de acordo com a própria definição constitucional (artigo 100, § 1-A), não há como elidir a possibilidade de penhora dos rendimentos auferidos pelo devedor, decorrentes do trabalho assalariado, devendo-se, porém, nessa hipótese, à luz do artigo 620 do CPC, buscar a adoção de parâmetros proporcionalmente adequados e razoáveis que possibilitem também o suprimento das necessidades vitais básicas do devedor. Agravo de petição conhecido e provido. (TRT 10ª Região. AP 00928-1991-008-10-85-0 – AC. 3ª T., 29.9.04)”.

Em recentíssima decisão proferida pela 2ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, tendo como relator o Juiz Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, foi deferida penhora de pensão de servidor público, sob o argumento que “o vencimento e a pensão dos servidores públicos são impenhoráveis. Mas, se o crédito tem natureza alimentar, a própria lei prevê exceção à regra, permitindo a penhora para pagamento de crédito decorrente de sentença trabalhista (Processo 00499-1999-019-15-00-1 AP)”²⁵

Embora as mencionadas decisões não façam distinção entre o crédito trabalhista e o alimentício, como ora se fez, apresentam conclusão idêntica à encontrada no presente trabalho.

A exceção prevista no inciso IV do artigo 649 do CPC, diz respeito ao crédito alimentício devido aos parentes e não ao crédito alimentar em geral, bem assim, verdadeiramente não há igualdade entre o crédito alimentar trabalhista e o alimentício devido aos parentes e, sim, semelhanças.

Na verdade, o desenvolvimento histórico-cultural de nossa sociedade elevou a tal patamar o direito à vida, à igualdade e à dignidade humana que, hoje, não mais persistem os valores que antes sustentavam o tratamento desigual dado ao crédito alimentar que tem sua origem no vínculo de emprego e aquele que nasce da relação de parentesco. Se o crédito é alimentar, se é essencial à vida e à dignidade do homem, pouco importa se o mesmo tem origem no contrato de trabalho ou na relação de parentesco, em qualquer caso, merece ampla proteção. Por isso, entendo se possa, através de uma interpretação analógica²⁶, estender a exceção prevista no inciso IV do artigo 649 da CLT, aos casos de execução de crédito trabalhista.

Sejamos intelectualmente honestos! Reconheçamos o influxo de valores novos. Abandonemos esta fruta podre; este paraíso de ilusões, onde a justiça é fácil. É preciso arar e plantar, e, dia-a-dia, arrancar o espinho e a erva daninha que crescem rápido. Somente, assim, com o “suor de nossos rostos”, poderemos construir outro paraíso, como diz o poeta, certamente, muito mais feliz.

²⁵ Cf. www.TRT15.gov.br – dia 02/06/2005 – TRT 15 – Notícias.

²⁶ Cf. Maria Helena Diniz, in *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*, Editora Saraiva, 1994: “É a analogia um procedimento quase lógico, que envolve duas fases: a constatação (empírica), por comparação, de que há uma semelhança entre fatos-típicos diferentes e um juízo de valor que mostra a relevância das semelhanças sobre as diferenças, tendo em vista uma decisão jurídica procurada.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURNS, Edward Mcnall. *História da Civilização Ocidental*. Editora Globo, 40ª Edição, volume I, 2000.

CATHARINO, José Martins. *Tratado Jurídico do Salário*. Editora LTr, 1997, Edição fac-similada (1951).

DINIZ, Maria Helena. *Direito Civil Brasileiro*. Editora Saraiva, 13ª edição, 1998, 5º Vol.

_____. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*. Editora Saraiva, 1994.

FIGUEIREDO, Sylvia Marlene de Castro. *A Interpretação Constitucional e O princípio da Proporcionalidade*. RCS Editora, 2005.

GIANNETTI, Eduardo. *Auto-engano*. Companhia das Letras, 1ª reimpressão, 1998.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Editora Jorge Zahar, 3ª Edição.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. *O Juiz entre a razão e a sensibilidade*. Escola da Magistratura. Campinas. EMATRA XV.

MARTINS, Sérgio Pinto Martins. *Direito do Trabalho*. Editora Atlas, 16ª Edição, 2002, pág. 266.

MARX, Karl. *Edição Condensada de O Capital de Karl Marx*. Editora Edipro, 2ª edição, 2003.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. Edição Revista Forense, 18ª edição, 1999.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Vontade de Potência*. Editora Tecnoprint S.A.

RUSSEL, Bertrand. *História do Pensamento Ocidental*. Editora Ediouro. 2001.

SENTO-SÉ, Jairo Lins de Albuquerque. *Trabalho Escravo no Brasil*. Editora LTr, 2001.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Instituições de Direito do Trabalho*. Editora LTr, 20ª Edição.